

África: desenvolvimento adiado e crise mundial

por Adelino Torres¹

RESUMO

Recentemente o forte aumento dos preços do petróleo e, sobretudo, dos produtos alimentares, parece ameaçar o continente africano com a fome.

As causas dessa situação têm várias origens conhecidas, internas e externas. Mas é certamente na aplicação da ideologia neoliberal que podemos encontrar um elemento comum, porventura mais fundamental, que tem vindo a agravar a crise, em particular nos países menos desenvolvidos.

ABSTRACT

In this moment the growth of the oil prices and food products seem threaten the African continent with the danger of hungry. This situation has several reasons, internals and externals, most of them are well known. Nevertheless, we can certainly find an important cause of these problems in the domination of the neo-liberal ideology all over the world.

¹ Professor da Universidade Técnica de Lisboa (ISEG)

Após alguns anos de relativo sucesso económico no período pós-independência, os países africanos conhecem, desde a década de 70, dificuldades sucessivas de origem interna e externa que comprometeram o seu desenvolvimento. Apesar de muitas promessas não cumpridas por parte da comunidade internacional (aumento da Ajuda Pública ao Desenvolvimento, “perdão da dívida”, investimentos produtivos fora do sector mineiro, etc.) e de políticas internas erráticas, a situação do continente parecia, recentemente, mais favorável com a evolução positiva do índice dos preços de matérias-primas produzidas em África e fortes taxas de crescimento da produção² em muitos países, abstracção feita dos problemas de repartição dos rendimentos.

No entanto, o aumento brusco dos preços do petróleo (produto que só alguns países africano possuem) e dos produtos alimentares, instalaram nos últimos meses um clima de crise mundial ameaçando os frágeis equilíbrios das economias africanas e colocaram de novo a fome como um cenário previsível a curto ou médio prazo em grande numero de países do Sul, na primeira linha dos quais os países africanos.

Este artigo procura pôr em evidência alguns dos factores que explicam o contexto actual da conjuntura africana e o papel desempenhado pela ideologia neo-liberal no contexto do desenvolvimento mundial.



A situação do continente mantém-se problemática com poucas excepções, entre as quais podemos destacar a África do Sul, o Botswana e Cabo Verde – a primeira porque herdou ao menos do antigo regime do apartheid uma estrutura industrial importante e os dois últimos mercê de uma gestão eficiente – o desenvolvimento continua a ser um projecto sem data marcada na maioria dos países africanos por razões políticas e económicas conhecidas.

Por exemplo, os produtos agrícolas africanos acedem dificilmente aos mercados dos países desenvolvidos; as matérias-primas – salvo o petróleo cujas cotações são actualmente favoráveis aos produtores, mas este produto concerne apenas alguns países – têm sido vítimas das flutuações das bolsas internacionais cujos movimentos, frequentemente especulativos, atingem os produtores com menos capacidade negocial ou

² Banco Mundial, *Africa Development Indicators 2007*, Washington 2007. FMI, *Regional Economic Outlook – Sub-Saharam Africa 2008*, Washington 2008

que não diversificaram a sua oferta, como a África; a dívida externa dos países africanos, apesar de recentemente aliviada, especialmente entre os países de fraco rendimento, continua a ser uma espada de Damócles sobre os devedores. E mesmo quando ela é suprimida cria outros problemas se esses países deixarem de ter acesso ao crédito internacional, como já aconteceu em determinado momento com os Camarões. Por outro lado, a aplicação das directivas de instituições internacionais como o Banco Mundial, a OMC e o FMI, de que os famosos “planos de ajustamento estrutural” são um exemplo conhecido, a orientação cada vez mais neoliberal que a própria União Europeia parece querer dar aos destinos dos 27, segundo uma estratégia a que Jacques Sapir chama o “euroliberalismo”³.

A “desregulação” em voga não está, para mais, isenta de dogmatismos onde tudo se mede pela “mercadoria” servida por uma “produtividade” descarnada submetida ao critério supremo do mercado (a “*teologia de mercado*” de que fala Adriano Moreira).

Todos esses factores que nem sequer têm favorecido o crescimento económico da Europa, estão a levar este continente a uma situação onde já são visíveis os custos humanos (desemprego⁴, desqualificação de profissões e artes, diminuição da qualidade de vida, etc.), a par de uma lenta abolição de direitos conquistados nos séculos XIX-XX, e a correspondente ameaça de desagregação do tecido social que, insidiosa mas seguramente, daí decorre. Os políticos europeus, fascinados pelo modelo económico-cultural americano e ignorando que as raízes e conteúdos são distintos, como Alexis de Tocqueville o mostrou, parecem ter esquecido que a “*mercadorização*” do mundo destrói não apenas o Estado-nação mas mais ainda o *Político* enquanto instância autónoma, deixando de novo livre curso à *luta de todos contra todos* de que falava Hobbes, ou ainda, tal como aconteceu com o liberalismo de finais do século XIX e princípios do século XX, que Karl Polanyi analisou tão exemplarmente.

Por outro lado, a emergência do terrorismo actual, com a sua “guerra assimétrica”, traz com ela uma mensagem em que todos aqueles que defendem a

³ Jacques Sapir, *La fin de l’eurolibéralisme*, Paris, Seuil, 2006. E também, do mesmo autor: *Que economia para o século XXI?*, trad.port., Lisboa, Piaget, 2007

⁴ Tanto mais que « A entrada no ‘mercado de trabalho mundial’ das populações chinesa e indiana diminuem o poder de negociação dos trabalhadores não qualificados das economias desenvolvidas”, CEPII, *L’économie mondiale 2008*, Paris, La D+ecouverte, 2007: 13

democracia deveriam meditar: “*Um Estado, um país podem neoliberalizar-se à morte*” (Ulrich Beck)⁵.

Como disse um autor, o axioma da Santíssima Trindade: “*desregulação-liberalização-privatização*”, começa a merecer uma crescente contestação de economistas e especialistas das ciências sociais do mundo inteiro, nomeadamente na União Europeia (UE) e nos próprios EUA, entre os quais vários prémios Nobel, tanto mais que há suficientes argumentos teóricos e experimentais para abalar as concepções ou “convicções” mais discutíveis de um neoliberalismo que a prática não confirma e boa parte da teoria rejeita, não somente numa perspectiva heterodoxa e interdisciplinar, como no interior do próprio núcleo duro da “*ciência económica*”. Maurice Allais, prémio “Nobel da Economia”, não hesita em condenar esse integrismo liberal que “anestesia o espírito científico” e a capacidade de imaginar o futuro, considerando como uma “ideologia simplista esse livre-cambismo mundial, dogmático e desmedido” que, “sob a máscara de pseudociência” tem vindo a prejudicar os interesses fundamentais do mundo em benefício da economia americana⁶

Recentemente um economista do Banco Mundial, num livro a que não falta oportunidade e bom senso⁷ observava que inumeráveis modelos de crescimento criados por economistas eminentes, quando tomados numa perspectiva “*economicista*”, por assim dizer, como “remédios-milagre”, se revelaram sempre parcelares, insuficientes quando não enganadores apesar da seriedade dos seus autores.

O célebre modelo de Harrod e Domar, por exemplo, foi mais tarde corajosa e honestamente repudiado como “modelo” de crescimento pelo seu principal autor, Evsey Domar, em 1957. No entanto continua, ainda hoje, a ser ensinado por muitos com uma fé de prosélito.

Não se pretende dizer que esses modelos não tenham utilidade. O que é discutível é que, incluindo nos círculos especializados, a sua vulgata seja tão frequentemente tomada como uma resposta única e exclusiva (quando não dogmática) a problemas com a

⁵ Ver sobre os problemas da sociedade global, Ulrich Beck, *Pouvoir e contre-pouvoir à l'ère de la mondialisation*, Paris, Aubier, 2003; Ulrich Beck, *La société du risque – Sur la voie d'une autre modernité*, Paris, Aubier, 2001.

⁶ Citado por Dominique Bodin-Rodier, *La guerre alimentaires a commencé*, Paris, Albin Michel, 2000

⁷ William Easterly, *The Elusive Quest for Growth- Economists' Adventures and Misadventures in the Tropics*, Londres, MIT Press, 2002.

complexidade que o conceito de “desenvolvimento” necessariamente envolve, muito em particular na realidade multifacetada do continente africano onde as “leis” económicas pensadas para a realidade dos países com uma velha tradição industrial se revelam tantas vezes inadequadas.

Apesar dos inúmeros projectos, programas e modelos impregnados de “certezas científicas” durante este último meio século, para não ir mais longe, a África Subsaariana (ASS) está hoje em muitos casos em pior situação do que aquela em que se encontrava nos anos 50... A euforia da OCDE⁸ e do FMI⁹ em anunciar fortes taxas de crescimento para as economias africanas parece esquecer, contudo, que esses valores agregados podem esconder disparidades, imprecisões e anomalias que não traduzem uma evolução favorável em termos de *desenvolvimento* na estrita acepção da palavra. No interior da própria África as desigualdades entre africanos são ainda mais chocantes do que as desigualdades entre países ricos e pobres. Por exemplo, vale a pena sublinhar que os 10 % dos africanos mais ricos consomem cerca de catorze vezes mais do que os 10 % dos africanos mais pobres¹⁰.

A re-leitura em que várias grandes universidades do mundo ocidental se têm empenhado nos últimos tempos relativamente à obra de um Karl Polanyi, tardiamente traduzida em português¹¹ ou as análises de Joseph Stiglitz¹², de Albert Hirschman, de Jacques Sapir, de Sir Hans Singer ou de Susan Strange, etc., e mesmo de autores com responsabilidades no afinamento das próprias teorias neoclássicas como Arrow, mostram claramente que o debate está longe de ter sido encerrado com o predomínio das ideias que emanam do *main stream* divulgado pelas instituições internacionais sistematicamente concentradas na óptica do “crescimento do mercado” e excessivamente divorciadas dos problemas do desenvolvimento (económico, social, cultural) propriamente dito. Para uma crítica dessa visão neoliberal basta referir os livros do financeiro George Soros, insuspeito de radicalismo¹³.

⁸ OCDE, *Perspectivas económicas na África*, 2005

⁹ FMI, *Regional Economic Outlook – Sub-Saharan Africa 2008*, Washington 2008.

¹⁰ P. Askenazy e Daniel Cohen, *27 questions d'économie contemporaine*, Paris, Albin Michel, 2008.

¹¹ Karl Polanyi, *A grande transformação – As origens da nossa época*, S. Paulo, Campus, 9ª ed. 2000

¹² Por exemplo, entre outros livros do mesmo autor: Joseph Stiglitz, *Fair Trade for All. How Trade Can Promote Development*, Oxford, 2005

¹³ O último dos quais foi traduzido recentemente em português: George Soros, *A era da falibilidade: consequências da guerra contra o terrorismo*, Lisboa, Almedina, 2008. Ver ainda o seu *The Crisis*

Se é verdade que a “mundialização” (ou “globalização”) apresenta vantagens e inconvenientes que não podem ser considerados de forma redutora¹⁴, não é menos certo que essa mundialização tem atingido duramente muitas regiões¹⁵, e especialmente um continente africano fragilizado, onde está longe de ser evidente que o liberalismo global e sem instâncias reguladoras, abra, por si só, portas para o desenvolvimento, como a experiência dos últimos trinta anos o demonstra sem equívoco.



É sem dúvida problemático encontrar uma causa única das dificuldades africanas, na medida em que as situações são diferentes de região para região.

Tão pouco se pode falar de “uma” África. É preferível admitir o conceito “Áfricas”, porventura mais realista, mesmo se é evidente que subsistem importantes elementos comuns, nomeadamente culturais ou de ordem histórica dentro da ASS. O fracasso da antiga OUA tem certamente algo a ver com essa “diversidade” e a actual União Africana (UA) também não a pode ignorar.

O balanço pessimista que, nos meios internacionais, é feito sobre os últimos 40 anos de independência, não deve todavia levar a crer que pesa sobre África uma espécie de “fatalidade” sem remissão. Nem os próprios africanos podem deixar que se apodere deles um “afropessimismo” sem fundamento real, sejam quais forem as dificuldades que o continente atravessa nas horas que passam. Há exemplos de sucesso sectorial ou regional, mal conhecidos mas reais¹⁶.

O que importa é não perder de vista a verdadeira origem dos obstáculos que em África, mais do que noutros continentes, se opõem ao desenvolvimento ou constituem estrangulamentos que não encontraram até agora soluções apropriadas.

A começar pelo próprio conceito de “desenvolvimento”, bem distinto desse “crescimento” com que, demasiadas vezes, analistas e observadores se contentam. O desenvolvimento traduz um processo complexo onde o elemento económico é apenas

of *Global Capitalism* (1998), trad. francesa: *La crise du capitalisme mondial: L'intégrisme des marchés*, Paris, Plon, 1998.

¹⁴ Ver o excelente Jacques Fontanel, *A globalização em “análise” – Geoeconomia e estratégia dos actores*, Lisboa, Piaget, 2007.

¹⁵ A globalização tem muitos detractores e outros tantos defensores. Entre estes últimos um dos mais interessantes é Martin Wolf, *Por que funciona a globalização – Em defesa de uma economia global de mercado*, trad. port., Lisboa, Dom Quixote, 2008.

¹⁶ Cf. Ban Ki-moon, « Lueur d'espoir en Afrique », *Le Monde* (Paris), 6-05-2008.

uma parte, sem dúvida fundamental mas não suficiente. A história, a política, a cultura, a demografia, a educação, a saúde, as relações internacionais, etc., são outros factores que entram na composição do conceito de “desenvolvimento” num processo de longo prazo – porventura medido em gerações - perante o qual os mencionados 40 anos são pouca coisa, mesmo se as aparências parecem dizer o contrário. Como um autor escreveu, “*o desenvolvimento exige paciência*”.

Tanto as causas como as consequências da crise actual em África são múltiplas: internas e externas, atingindo de maneira particularmente grave a esmagadora maioria das populações africanas. Em muitos países mais de 50% da população vive com menos de um dólar por dia...

Uma das consequências mais recentes e a que se assiste quotidianamente é o êxodo de Africanos em direcção à Europa. Quando milhares de pessoas desesperadas, oriundas da ASS atravessam a pé o deserto do Sahara ou, com forte risco de vida se fazem ao mar em frágeis embarcações rumo às Canárias, no Atlântico, com destino a Espanha ou a Itália no Mediterrâneo, perecendo muitas nessas tentativas, algo se passa de anormal nos países de origem desses emigrantes, fenómeno que ultrapassa a simples recessão ou uma crise económica prolongada. Quando tantos milhares de seres humanos preferem morrer a continuar a viver nos seus países, é porque se atingiu um ponto de sofrimento extremo, tanto na carne como no espírito, um limite insuportável que não é admissível que o mundo aceite passivamente.

Como escreveu Ulrich Beck, ajudar os excluídos não é só uma exigência humanitária mas constitui o “*interesse mais profundo do Ocidente, a chave da sua segurança interna*”. Estas migrações não acontecem apenas porque homens e mulheres buscam um mítico eldorado onde possam obter os magros recursos que os seus próprios Estados lhes recusam, mas porque as condições da sua existência são tão sem esperança, tão tragicamente definitivas, que já não merecem que se continue a sobreviver sem arriscar tudo por tudo, nem que seja pela última vez. Não se trata portanto de um mero “movimento migratório” mas de um drama de proporções alarmantes que não deixará de ter consequências políticas para todos, países de origem e países de destino.

Mas, por enquanto, raros são aqueles que parecem querer ir ao fundo do problema.

Na União Europeia (UE), Schengen, é um instrumento insatisfatório que ataca as consequências mas não as causas do mal. A ajuda humanitária desenvolve esforços bem intencionados mas insuficientes. E o êxodo continuará enquanto não se tomarem medidas políticas que promovam um desenvolvimento africano, tanto quanto possível auto-sustentado, o qual está obviamente dependente de uma ajuda pública ao desenvolvimento (APD) sem tibiezas nem mesquinhez, de uma democratização efectiva e de uma melhoria profunda da actual classe política africana...

É de lamentar que a VI Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP-Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, que se realizou em Junho de 2006 em Bissau, na sua “Resolução sobre Migrações e Políticas de Desenvolvimento” não tenha sequer referido com alguma profundidade esta tragédia de grandes proporções que desacredita a ASS e a pretendida solidariedade internacional, limitando-se a recomendações banais sobre o acolhimento das diásporas no Ocidente e sobre as remessas dos migrantes. O mesmo aconteceu na cimeira euro-africana de Lisboa em Janeiro de 2008

É óbvio que a retórica não chega se não se atacarem as verdadeiras causas. Podemos destacar algumas:

Em primeiro lugar, a explosão demográfica em África (50 por cento da população da ASS tem menos de 15 anos) que o desenvolvimento económico não foi capaz de acompanhar apesar de altas taxas de crescimento económico em várias regiões do continente nos últimos anos.

Em segundo lugar, a ineficácia dos governos e a incompetência e arbitrariedade de demasiados dirigentes africanos, sobretudo quando estes se comportam quase como se fossem de “*nomeação divina*”...

Em terceiro lugar, os obstáculos que os países industrializados colocam à entrada nos seus mercados de certos produtos africanos (algodão, açúcar, carne...) ao mesmo tempo que continuam a subsidiar os seus próprios produtores (os casos do algodão americano¹⁷ e da PAC europeia são paradigmáticos).

¹⁷ Apesar do conteúdo liberal do Fair Act, o agricultor norte americano é dos mais subvencionados do mundo, tanto no algodão como em todos os principais produtos do sector agrícola, em especial os considerados estratégicos para a economia dos Estados Unidos. Cf. Bodim-Rodier 2000, *op. Cit.*

Por último, numa visão mais abrangente, política e científica, a ideologia ultraliberal contamina as instâncias de poder, quer nas instituições internacionais (exemplo: o chamado “Consenso de Washington”), quer nos países europeus (incluindo as suas universidades) quer ainda em muitos países do Sul.¹⁸

De facto, as desastrosas políticas económicas postas em prática por certas elites caracterizadas por um “*espírito de irresponsabilidade*”, no dizer do historiador africano Joseph Ki-Zerbo, são um dos principais factores que explicam o sofrimento das populações e os êxodos massivos a que vimos assistindo. Sem esquecer naturalmente a responsabilidade de instituições como o FMI e o Banco Mundial que têm imposto planos de ajustamento estrutural inflexíveis¹⁹ cujos resultados negativos raramente são por elas admitidos, atitude autista contrária a todos os protocolos da metodologia científica.



No plano mundial, a ordem fundada em 1945 privilegiava os países ocidentais. A redacção da Carta da ONU reflectia os “valores e perspectivas” ocidentais. Mas com a descolonização, os Estados do “*resto do mundo*”, quer dizer o que hoje chamamos ainda o “Terceito Mundo” na Ásia, na África, na América Latina e no Médio Oriente, acabaram por deter a maioria na Assembleia das Nações Unidas. O resultado, escreve Adriano Moreira²⁰ é que “grande parte da conceptuologia que presidiu à racionalização e orientou a eficácia da ordem internacional das soberanias até ao esgotamento do império euromundista, está desactualizada”.

Com efeito, é preciso contar hoje com os novos poderes emergentes (China, Índia, Rússia, Brasil) e com aqueles que a UE pode ainda, no seu próprio interesse, ajudar a vencer a batalha do desenvolvimento, como é o caso da África. É com este continente que a Europa tem de contar antes de mais, pela aproximação que a História proporcionou a despeito de uma “globalização” que tudo pretende nivelar numa visão *a-histórica* que, demasiadas vezes, se esgota num empirismo puramente “material”...

¹⁸ Immanuel Wallerstein, *Após o liberalismo – Em busca da reconstrução do mundo*, Petrópolis, Editora Vozes, 2002; Jacques Sapir, *Les économistes contre la démocratie – Pouvoir, mondialisation et démocratie*, Paris, Albin Michel, 2002; Benjamin Barber, *Comment le capitalisme nous infantilise*, Paris, Fayard, 2007 ; Karl Polanyi, *Essais de Karl Polanyi*, Paris, Seuil, 2008.

¹⁹ CEPII, *L'économie mondiale 2008*, op. cit.

²⁰ Ver: Adriano Moreira, “**Encontro das áreas culturais: o desafio**”, comunicação à Academia das Ciências em Abril 2006, reproduzido em: www.adelinotorres.com, página “Autores”.

E porque há vantagens para ambas as partes, europeia e africana, que a preocupação destes dois continentes um pelo outro não esmoreça. É errado pensar que um novo esforço de cooperação para o desenvolvimento estaria fora do alcance da UE se nos lembrarmos que, por exemplo, o PIB de todos os países juntos da ASS é cerca de um quinto do PIB da França...

Por isso a cooperação euro-africana, não é uma coisa do passado mas sim uma acção possível do presente e sobretudo do futuro. Tal cooperação não pode deixar-se enclausurar em interesses unicamente económicos e financeiros, legítimos e necessários, é certo, mas que deverão ser vistos como um meio e não como um fim em si.

Esta cooperação pode e deve delinear estratégias de longo prazo que aprofundem a referida ligação, inserindo-a no quadro de uma cooperação de parcerias exigentes onde as vantagens recíprocas não deixem lugar a *facilitismos* mal inspirados nem a mercantilismos de curta visão.

É uma das razões pelas quais, apesar da *globalização*, o destino da África, mais do que qualquer outra região, não pode ser desligado do da Europa se esta souber ainda escapar às forças “anti-iluministas” que a assediam²¹ e se ambas as partes entenderem, de modo realista, que precisam uma da outra mais do que as retóricas o proclamam...

Não obstante, outros factores parecem dificultar o caminho para o desenvolvimento desejável.

Por exemplo, as teorias neo-liberais que inspiram a acção das instituições internacionais pretendem encontrar a solução dos problemas do desenvolvimento na ideia de “*concorrência de mercado*”.

Nessa lógica, as políticas económicas das referidas organizações têm como referência a construção de mercados africanos, a consequente desintervenção dos Estados, a privatização das economias e a confiança nos equilíbrios macroeconómicos induzidos pelo saneamento dos sistemas produtivo, financeiro e monetário. Essa perspectiva tem coerência teórica e não custa admitir que o mercado é um elemento fundamental do desenvolvimento contrariamente ao que se acreditava nas antigas sociedades de planificação central. Porém, um dos problemas é que o mercado para

²¹ Ver o estimulante livro de Zeev Sternhell, *Les anti-Lumières – Du XVIIIe siècle à la guerre froide*, Paris, Fayard, 2006

funcionar precisa de um mínimo de “transparência” assente no conceito de “concorrência”, o que está longe de ser evidente tanto nas economias industrializadas como nas economias africanas. Sublinha-se ademais um elemento estranho na coerência deste discurso quando reparamos que, na prática e contrariamente ao proclamado, a “concorrência” não parece ser, afinal, tão apreciada dos meios de negócios. Como J.P. Hirsch bem observou “tudo se passa como se, na maioria dos casos, em vez de serem mais competitivos os empresários se esforçassem por tentar escapar à concorrência, o que é bastante diferente”²².

Para agravar o paradoxo assiste-se, em nome da “concorrência”, a um movimento de fusões, alianças e concentrações que conduzem à formação de oligopólios cuja acção, quando se revela contrária à concorrência legítima (o que acontece constantemente) é raramente sancionada pela lei (a condenação da Microsoft por “abuso de posição dominante” é um facto relativamente excepcional). A verdade é que as concentrações de capital deixam cada vez menos lugar aos operadores mais modestos, embora as organizações patronais continuem a dizer que, para uma economia sã e eficaz, não há nada melhor do que a concorrência²³. Mas torna-se cada vez mais difícil saber como e quando esta deve ser entendida na plena acepção do termo. Se essa dificuldade é evidente nos países mais desenvolvidos onde as instituições políticas, judiciais e administrativas funcionam com normalidade, é caso para perguntar como é que as exigências ultra-liberais poderão cumprir-se nos países africanos onde essas condições estão longe de se encontrar reunidas.

É evidente, igualmente, que a acção das instituições internacionais em África não pode limitar-se à transferência de modelos tecnocráticos, de ideologias ou de modos de pensamento que se revelaram desajustados. As medidas de austeridade do FMI impostas desde os anos 80 aos países do Sul suscitaram resistências por vezes violentas e explicam agora o retraimento dos governos em recorrer a empréstimos junto do Fundo, sobretudo depois da crise asiática de 1997 que o FMI não soube prever, como também foi incapaz de prevenir a crise dos “*subprimes*” actualmente nos EUA, a qual ameaça em 2008 arrastar a economia mundial para uma situação de consequências imprevisíveis.

²² J. P. Hirsch, “La concurrence: discours et pratiques, hier et aujourd’hui », revista *Economie Politique* (Paris), nº 37, Janeiro 2008.

²³ Hirsch 2008: 68

Por essas razões o FMI debate-se hoje com dificuldades que há ainda poucos anos muitos não imaginariam possíveis, pondo em causa a própria existência desta instituição. Com efeito os países em desenvolvimento aproveitaram o crescimento económico dos últimos anos e o aumento dos preços das matérias-primas para reembolsarem antecipadamente os seus empréstimos junto do FMI a quem acusam de ser o “*gendarme financeiro mundial*”²⁴

Por isso são urgentes as reformas em curso que o novo director-geral do FMI, Dominique Strauss-Kahn, está a tentar levar a bom termo, procedendo ao despedimento de mais de 10 % dos 2900 funcionários da instituição, à venda de ouro e à reforma das quotas e direitos de voto no Conselho de Administração, transferindo 2,7 % dessas quotas para os países em desenvolvimento. Porém, tudo leva a crer que esta última medida é muito insuficiente. A Comissão para a Anulação das Dívidas do Terceiro-Mundo (CADTM) fala mesmo de “*poeira nos olhos*” e pede pura e simplesmente a abolição do FMI e a sua substituição por uma instituição “*realmente democrática*”²⁵, enquanto a Oxfam considera “*insuportável*” que o punhado de países ricos do G7 continue a deter mais de 40 % dos direitos de voto na Administração do FMI.

Outro factor que irá complicar ainda mais a prossecução do desenvolvimento africano é o recente e brutal aumento dos preços dos produtos alimentares no mercado mundial, nomeadamente dos cereais.

As dificuldades do continente africano revelam erros de estratégia que remontam aos primeiros planos de ajustamento estrutural nos anos 80, onde, sob pressão do FMI e do Banco Mundial, as culturas alimentares foram preteridas em benefício das culturas de exportação. Em grande parte por escolha dos governos africanos, foi dada prioridade a estratégias irrealistas de industrialização por substituição de importações (ESI). Os programas de ajustamento estrutural desmantelaram-nas, mas as tentativas de levar por diante estratégias de industrialização por promoção de exportações (EPE) não obtiveram

²⁴ A criação em 2007 do novo “Banco do Sul” intra-regional (constituído actualmente pelos seguintes países: Venezuela, Argentina, Bolívia, Brasil, Equador e Paraguai) põe em causa a acção e influência do Banco Mundial e do FMI. Se acrescentarmos a eventual fundação de um “FMI Asiático” num futuro talvez próximo, estaremos a assistir provavelmente ao fim da hegemonia financeira do Norte sobre o Sul e à irrupção de uma “nova ordem económica mundial” de que o “Consenso de Beijing” poderá a vir a ser o epicentro (Vd. Joshua Cooper Ramo, *The Beijing Consensus*, Londres, The Roreign Policy Centre, 2004).

²⁵ *Le Monde* (Paris), 2-05-2008

qualquer resultado substancial. Numa palavra, a agricultura faliu sem que a industrialização tenha beneficiado. O balanço não é brilhante tanto para o FMI e o Banco Mundial como para os governos africanos...

Actualmente as compras maciças de cereais pelos países asiáticos, nomeadamente a China, e o aumento dos preços do petróleo que deu origem aos projectos discutíveis de produção de bio-combustíveis (que o professor Jean Ziegler não hesita a classificar como “*crime contra a humanidade*”²⁶), conjugam-se para estrangular mais uma vez as economias africanas onde a fome ameaça centenas de milhões de pessoas.

O antigo Presidente francês Jacques Chirac escreveu ultimamente que “a oferta de produtos alimentares a nível mundial é insuficiente”, considerando que a autosuficiência alimentar é o primeiro dos desafios a enfrentar pelos países em desenvolvimento” e chamando igualmente a atenção para a necessidade vital “de manter o esforço da ajuda pública ao desenvolvimento respeitando o objectivo de 0,7 % do PIB”²⁷, esforço que os países desenvolvidos tinham prometido mas nunca cumpriram, com excepção de poucos países do norte da Europa.

Por seu turno J. Diouf e J.M. Severino constataam que “o preço médio de uma refeição de base aumentou de 40 % no espaço de um ano em certos países africanos nos quais metade da população vive com menos de 1 dólar por dia”²⁸.

Aplicando desastrosas política agrárias desde os anos 1980, as estratégias governamentais concentraram os seus esforços na industrialização, condenando a produção da agrícola alimentar e reduzindo os agricultores à miséria pelo congelamento e baixo nível dos preços pagos aos agricultores africanos. O consequente abandono da agricultura apenas veio congestionar as periferias das cidades e promover o crescimento

²⁶ Jean Ziegler, num relatório apresentado à ONU em Outubro de 2007. Vd *Le Monde* (Paris), 3-05-2008. Sobre o papel fundamental da ética na sociedade e nas ciências sociais, ver: Jean-Paul Marechal, *Ética e Economia: uma oposição artificial*, Lisboa, Piaget, 2006; Kwame Anthony Appiah, *Experiments in Ethics*, Harvard University Press, 2008; Amartya Sen, *L'économie est une science morale*, Paris, La Découverte, 2003; Francisco Varela, *Quel savoir pour l'éthique?*, Paris, La Découverte, 2004; José Manuel Moreira, *Ética, Democracia e Estado*, Lisboa, Pincipia, 2002; José Manuel Moreira, *Ética, Economia e Política*, Porto, Lello, 1996; Amartya Sen, *Ethique et Economie*, Paris, P.U.F., 1993; Kwame A. Appiah, *Pour un renouveau du cosmopolitisme*, Paris, Odile Jacob, 2008. Entre os clássicos é indispensável regressar à obra-prima de Adam Smith, *Teoria dos Sentimentos Morais*, felizmente traduzida em 1999 em português (S. Paulo, Livraria Martins Fontes).

²⁷ Cf. *Le Monde* (Paris), 17-04-2008.

²⁸ Cf. *Le Monde* (Paris), 17-04-2008

de “bairros da lata”, da criminalidade e da miséria. Os sucessivos gritos de alarme de agrónomos como René Dumont nunca foram ouvidos tanto pelos políticos do Norte como do Sul²⁹.

Jean Ziegler denuncia a “especulação” que abandonou a bolsa para se virar para as matérias-primas, a agricultura industrial “baseada em *inputs* demasiado custosos”, e as instituições financeiras internacionais – o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional – que, promovendo a liberalização dos mercados, tornaram os países em desenvolvimento “vulneráveis à volatilidade dos preços”.

Por seu turno, M. de Schutter, relator da ONU, acrescenta no mesmo jornal que tanto o Banco Mundial como o FMI “subestimaram gravemente a necessidade de investir na agricultura (...). Os planos de ajustamento estrutural do FMI obrigaram os países mais endividados (...) a desenvolver culturas de exportação e a importar os alimentos que consumiam”³⁰

Quanto à dívida externa africana, boa parte dela é incobrável, especialmente junto dos Países de Fraco Rendimento (PFR), a maior parte dos quais se encontram em África. O montante total da dívida destes últimos é bastante menos elevado do que a dos países de rendimento médio, mas as suas dificuldades de reembolso são muito maiores como se pode observar no quadro A. Note-se também que, no caso dos países de fraco rendimento, a dívida multilateral constitui a maior parte do endividamento total. A dívida comercial é apenas uma pequena parte do total.

	1970	1995	2000	2005
Dívida total de todos os países em desenvolvimento (em mil milhões de USD)	70	1 954	2 266	2 742
Dívida dos países de fraco rendimento (PFR), essencialmente africanos (em mil milhões de USD)	19	366	347	379

²⁹ Ver por exemplo: René Dumont, *Em defesa da África, acuso*, Lisboa, Europa-América, 1988. Mais recentemente: Dominique Bodin-Rodier, *op. cit.* ; Pierre Rainelli, *L’agriculture de demain : gagnants et perdants de la mondialisation*, Paris, Le Felin, 2007 ; Banco Mundial, *Agriculture for Development*, Washington 2008

³⁰ *Le Monde* (Paris), 3-05-2008, páginas 1 e 4.

Dívida em percentagem do Rendimento Nacional Bruto (%)				
- Total dos países em desenvolvimento	10 %	39,4 %	39,3%	28,7%
- Países de Fraco Rendimento (PFR)	14,4%	56,7%	42,5%	27,6%

FONTE: Banco Mundial, *Global Development Finance*, 2007. Citado por Marc Raffinot, *La dette des tiers mondes*, Paris, La Découverte, 2008

Se não houver uma viragem radical na atitude dos governos africanos, dos governos dos países desenvolvidos e das instituições internacionais (o problema alimentar é uma questão mundial que respeita a todos), a situação irá agravar-se em toda a parte. Se tivermos igualmente em conta que, segundo projecções da ONU, a população africana irá mais do que duplicar em poucos anos, passando de 800 milhões actualmente para 1 800 milhões em 2025, não restam dúvidas que a agricultura deverá voltar rapidamente para o centro das preocupações políticas das entidades responsáveis pela segurança das populações, se queremos que o mundo não se transforme amanhã num tumulto sangrento...



As soluções existem³¹. No que concerne a agricultura africana, esta conserva um grande potencial de desenvolvimento, com vantagens comparativas em relação a outras regiões do mundo: recursos hídricos mal explorados, reservas de terras e de mão-de-obra, possibilidades de grandes melhorias na investigação agronómica, etc.

Por essas e outras razões o continente tem à partida condições para enfrentar o desafio alimentar e mesmo de transformar a crise actual em oportunidade de desenvolvimento desde que, tanto em África como a nível mundial, se procedam às medidas urgentes que se impõem e que não se compadecem com ideologias obsoletas que estão na origem de tantos males.

³¹ Ver, por exemplo, o ultimo livro de Jeffrey Sachs, *Common Wealth – Economics for a Crowded Planet*, Londres, Allen Lane, 2008.

Adelino Torres